

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

RESOLUÇÃO CMEF Nº 010/2025, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025

PUBLICADO EM FLANEOLOGRAPHO EM 29/10/25

CONFORME § 1º, ART. 83 DA LEI 023/1990 (LEI

ORGÂNICA DO MUNICÍPIO)

FORQUILHA 29/10/25

SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESTABELECE NORMAS ÀS DIRETRIZES COMPLEMENTARES PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE FORQUILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Educação de Forquilha (CMEF), no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, com fundamento no art. 211, da Constituição Federal (CF), nos artigos 8º e 11, inciso III e IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996), na Lei Municipal de nº 820/2022 de 13 de dezembro de 2022, faz saber que:

CONSIDERANDO:

- a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948;
- a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011);
- a Constituição Federal de 1988;
- a Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996;
- a Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- a Lei nº 12.288/2010, que dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial;
- a Lei nº 12.74/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112/1990;
- a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
- a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com fundamentação no Parecer CNE/CP nº 3/2004, de 10 de março de 2004, homologado pelo Ministro da Educação, em 19 de maio de 2004;
- o Parecer CNE/CEB nº 2/2007, quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por despacho do senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012;
- a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais;
- o Decreto nº 3.956/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência;
- o Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;





CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

- o Decreto nº 8368/2014, que regulamenta a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- o Decreto nº 11.471/2023, que institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras;
- o Decreto nº 12.006, de 24 de abril de 2024, que Institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas e regulamenta a Lei nº 14.643, de agosto de 2023;
- o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) 2005/2014;
- o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006);
- o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009);
- a Lei Estadual nº 15.350/2013; Lei Estadual 18.690 de 16 de janeiro de 2024, que institui o Plano Estadual de Direitos Humanos do Estado do Ceará;
- o Decreto Estadual nº 35.399/2023 do Conselho Interinstitucional de Justiça Restaurativa, Mediação e Cultura de Paz do Ceará;
- a Resolução CEE nº 456/2016, que fixa normas para a Educação Especial e para o Atendimento Educacional Especializado;
- a Resolução CEE nº 463/2017, que dispõe sobre a inclusão do nome social;
- a Resolução CEE nº 514/2024, que institui normas às Diretrizes Complementares para a Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa no Sistema de Ensino do Estado do Ceará;
- Que o Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOEDUC), junto à União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), seção Ceará, está implementando o Projeto “Conexões Pacíficas”, com o objetivo de assegurar a inclusão efetiva de diretrizes e práticas de Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa nos documentos Projeto Político Pedagógicos (PPP) e Regimento Interno das instituições de ensino do Sistema Municipal de Educação, e;
- Ainda, que a educação é um direito inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer normas complementares para implementação da Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa no âmbito das instituições de ensino do Sistema de Ensino do Município de Forquilha/Ceará.

Art. 2º. Para fins desta Resolução, entende-se por:

I. Direitos Humanos - um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos que versam sobre direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos e referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

II. Cultura de Paz - o conjunto de valores, tradições, atitudes, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito aos Direitos Humanos e à democracia, na promoção da justiça social, na vivência dos princípios da tolerância e da solidariedade, na prevenção e resolução de conflitos de forma não violenta, concebendo-se a paz como a antítese de todas as formas de violência.





CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

III. Justiça Restaurativa no âmbito educacional - uma mudança de paradigma a partir das dimensões relacionais, institucionais e sociais, visando ao enfrentamento de toda forma de violência para construir juntos alternativas pacíficas de resolução de conflitos e fortalecimento de vínculos para uma convivência justa e democrática, tendo o diálogo, como pilar para a escuta qualificada e o favorecimento do senso de comunidade.

Art. 3º. A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à vida, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Art. 4º. A Educação em Direitos Humanos constitui-se em processo sistemático, contínuo e permanente, fundamentado nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, valorização da diversidade, da participação democrática, justiça social e solidariedade.

Art. 5º. Todos os seres humanos devem ter os seus direitos respeitados, sem discriminação de raça, cor, sexo, gênero, etnia, idade, idioma, religião, opinião política, de origem nacional ou social, deficiência, propriedade, nascimento ou outro status como explicado pelos órgãos dos tratados de direitos humanos.

Art. 6º. A Cultura da Paz e a Justiça Restaurativa devem ser integradas às práticas pedagógicas à gestão escolar e às relações no ambiente educacional, com vistas a:

- I. promover o diálogo, a empatia e a cooperação entre estudantes, professores, famílias e comunidade;
- II. desenvolver estratégias de prevenção e resolução pacífica de conflitos;
- III. fomentar práticas restaurativas, privilegiando o diálogo, a corresponsabilidade e a reparação de danos;
- IV. fortalecer a participação da comunidade escolar na construção de um ambiente de respeito mútuo e inclusivo.

Art. 7º. A Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa, com finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. Respeito à dignidade humana;
- II. Igualdade e equidade de direitos;
- III. Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. Solidariedade, empatia e cooperação;
- V. Reciprocidade, horizontalidade e empatia;
- VI. Laicidade do estado;
- VII. Democracia na educação;
- VIII. Corresponsabilidade entre escola, família e comunidade;
- IX. Formação integral do estudante, articulando dimensões cognitivas, socioemocionais e éticas;
- X. Transversalidade, vivência e globalidade; e
- XI. Sustentabilidade socioambiental.

Art. 8º. As instituições de ensino deverão contemplar a Educação em Direitos Humanos, a Cultura da Paz e a Justiça Restaurativa em seus Projeto Político Pedagógico (PPP), para que as





CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

práticas escolares estejam alinhadas aos princípios da mediação de conflitos e da convivências pacíficas, assegurando a transversalidade desses princípios nos currículos, atividades e projetos escolares.

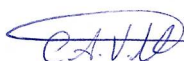
Art. 9º. A Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), dos Regimentos Internos Escolares, dos materiais didáticos e pedagógicos e nos demais documentos das instituições de ensino do Sistema Municipal de Ensino de Forquilha/Ceará.

Art. 10. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Justiça Restaurativa na organização dos currículos da Educação Municipal poderá ocorrer das seguintes formas:

- I. Pela inserção de temas e conteúdos relacionados aos Direitos Humanos e Cultura de Paz, aos princípios democráticos e à promoção da justiça social, pautada na transversalidade e interdisciplinaridade;
- II. Como um conteúdo específico, nas atividades complementares ou componente curricular já existentes no currículo escolar;
- III. Pela criação de componentes curriculares específicos de Direitos Humanos;
- IV. De maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e interdisciplinaridade;
- V. Por meio de uma educação voltada para o desenvolvimento das competências socioemocionais, de reflexão acerca dos valores humanos, com foco na transformação social e assentada nos princípios da horizontalidade, reciprocidade e empatia; e
- VI. Por meio de metodologias dialógicas nas instituições de ensino tais como: Comunicação Não Violenta, Mediação Escolar, Conferências Familiares e, outras metodologias ativas, programas e projetos correlatos que favorecem fortalecimento de vínculos e senso comunitário.

Art. 11. A Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa é um processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articulada às seguintes dimensões:

- I. Apreciação de conhecimentos historicamente construídos acerca dos Direitos Humanos, da valorização da democracia e da justiça social, e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos e a Cultura de Paz em todos os espaços da sociedade;
- III. Formação de uma consciência cidadã e planetária capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV. Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, por meio de uma abordagem dialógica da construção do conhecimento e da utilização de linguagens e materiais didáticos contextualizados à realidade dos sujeitos;
- V. Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Justiça Restaurativa, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos;
- VI. Viabilização de um trabalho em rede, voltado para uma educação referenciada na sustentabilidade socioambiental, no respeito às diversidades, no enfrentamento e na superação do racismo, da LGBTQIAPN+Fobia, da misoginia, do capacitismo e de todas as formas de





CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

preconceito e discriminação, trabalhando com o desenvolvimento de diretrizes de equidade, orientadas à inclusão e à construção da justiça social e restaurativa;

VII. Garantia do uso do direito ao Nome Social de pessoas trans e travestis; e

VIII. Realização de ações pedagógicas, campanhas educativas e formação sobre Educação em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade.

Art. 12. A Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos na organização social, política, econômica e cultural nos níveis municipal, estadual e nacional.

Art. 13. Constituem ainda objetivos da Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa no Sistema de Ensino do Município de Forquilha/Ceará:

I. Fortalecimento das políticas afirmativas do Estado Democrático de Direito para incentivar a Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa;

II. Efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil na área de Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz no âmbito dos instrumentos legais e programas internacionais, nacionais, estaduais e municipais;

III. Incentivo à implementação e o monitoramento de políticas públicas e diretrizes normativas de Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa;

IV. Formação inicial e continuada dos profissionais na área de Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa, em todos os sistemas;

V. Incentivo à criação e o fortalecimento de organizações, mobilizações e grupos que promovam a Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa;

VI. Elaboração, implantação, implementação, avaliação e atualização do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos, Cultura de Paz e Justiça Restaurativa;

VII. Criação de mecanismos de reconhecimento formal das ações efetivas de proteção dos Direitos Humanos, da promoção da Cultura de Paz e da Justiça Restaurativa.

Art. 14. Recomenda-se às instituições de ensino do Sistema Municipal de Educação de Forquilha:


I. Estimular a participação de professores/as, estudantes, familiares, funcionários/as e demais membros da comunidade escolar em ações e projetos que promovam os Direitos Humanos, a Cultura de Paz e a Justiça Restaurativa.

II. Priorizar as práticas restaurativas na resolução dos conflitos, tais como os círculos de construção de paz e outras estratégias de mediação com foco na construção ou restauração de vínculos entre os membros da comunidade escolar.

Art. 15. As instituições de ensino do Sistema Municipal de Educação de Forquilha devem estabelecer diálogos e parcerias com a comunidade escolar, visando à produção de conhecimentos acerca das condições socioeducacionais locais e regionais, assim como, a intervenções para a qualificação da vida e da convivência pacífica.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Educação de Forquilha deverá:

I. Promover ações formativas permanentes para gestores, professores e demais profissionais da educação, de modo a garantir a efetivação das diretrizes desta Resolução;





CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FORQUILHA/CE

Lei Municipal Nº 820/2022, de 13 de dezembro de 2022

II. Garantir apoio pedagógico e institucional para a implementação das diretrizes estabelecidas nesta Resolução;

III. Criar comissões de mediação escolar;

IV. Fortalecer os conselhos escolares, conselho de classe, e grêmios estudantis, tornando-os mais participativos e preparados nas mediações de conflitos e práticas restaurativas.

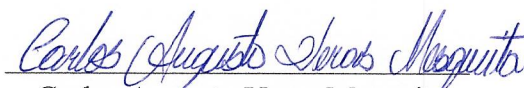
Art. 17. As práticas de acompanhamento e avaliação da Educação em Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Justiça Restaurativa deverão ser realizadas de forma processual, contínua e participativa, respeitando as especificidades de cada etapa e modalidade da Educação Básica.

Art. 18. O Conselho Municipal de Educação, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação de Forquilha, e com as instituições de ensino, divulgará e disseminará esta Resolução.

Art. 19. O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Forquilha acompanharão a implementação desta Resolução, podendo expedir orientações complementares quando necessário.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Forquilha, 29 de outubro de 2025.



Carlos Augusto Veras Mesquita

Presidente do CME em exercício

Homologo a presente Resolução.

Forquilha, 29 de outubro de 2025.



Ruth Mara Martins Alcântara

Secretária Municipal de Educação de Forquilha/Ceará

Portaria nº 009010125/2025

